



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16655 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

**Currículo e Poder: Desmascarando a Neutralidade e Expondo as Táticas de Controle Social**

Denilma Maria de Assis Fernandes - UECE - Universidade Estadual do Ceará

José Ernandi Mendes - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Soraia Colaço - UECE - Universidade Estadual do Ceará

### **Currículo e Poder: Desmascarando a Neutralidade e Expondo as Táticas de Controle Social**

#### **Resumo**

Este resumo tem como objetivo examinar como as interferências políticas e econômicas no currículo influenciam a reprodução social e cultural, bem como a produção e distribuição do conhecimento. Entendemos o currículo como um instrumento hegemônico que perpetua a educação como um campo de poder e disputa, permeado por diversos interesses, o que ressalta a necessidade de que os envolvidos no processo educativo estejam cientes dessas influências para poderem agir sobre as contradições e buscar uma educação justa. A análise é baseada nas teorias de Michael Apple, particularmente, na crítica sociológica centrada no currículo.

**Palavras-chave:** currículo escolar, controle social, disputas ideológicas, neoliberalismo.

#### **INTRODUÇÃO**

Apesar dos avanços significativos no campo de estudos sobre educação, que permitiram uma análise crítica aprofundada do sistema educacional e seu funcionamento, o currículo escolar continua a ser frequentemente percebido como um corpo neutro de conhecimento. Esta perspectiva tem sido reforçada por uma ênfase renovada na organização do currículo em torno de um conteúdo central que todos os cidadãos deveriam conhecer. No entanto, como a literatura da sociologia do conhecimento escolar demonstra claramente, essas suposições de consenso e neutralidade ocultam as realidades de poder e conflito que moldam qualquer currículo.

Com base em Apple (2008), compartilhamos o entendimento de escola como espaço para sustentação ideológica da reprodução de normas e valores, que opera através de uma

tradição seletiva do que é determinado para ser tratado na escola e o que é negado e excluído. O autor questiona a posição em que são colocados determinados conhecimentos (denominados hegemônicos) em detrimento de outros (marginalizados perante essa concepção hegemônica, oficial) problematizando a questão atrelada à noção de educação democrática.

No contexto das políticas educacionais modernas, a regulação curricular tem sido utilizada como uma estratégia de controle social. Sacristán (2013) aponta que o currículo historicamente tem assumido o papel de moldar e regular os conteúdos da aprendizagem e do ensino, visando proporcionar um controle do conhecimento que está sendo distribuído.

Essa capacidade reguladora do currículo, ao incorporar conceitos de classe, grau e método, funciona como um dispositivo para a normalização do que é ensinado, determinando também o que não deve ser abordado nas escolas. O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos que, de algum modo, aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo (Apple, 2002).

Apple (2008) ressalta que a forma de estruturação do conhecimento se relaciona diretamente com o controle social e cultural da sociedade, estabelecida com base nas crenças e “verdades” que legitimam a estratificação da sociedade, endereçada por uma elite intelectual que determina as relações entre o conhecimento e conteúdo dito oficial presente nos currículos escolares (Apple, 1997).

A partir dessa perspectiva, emerge a problemática central desta pesquisa: como o currículo escolar, ao ser moldado por interesses hegemônicos, atua como uma ferramenta de controle social e como as tensões ideológicas e políticas influenciam suas diretrizes? Além disso, como a inserção do empreendedorismo no currículo serve como uma estratégia do capital para conformar a sociabilidade capitalista e aumentar a competitividade e produtividade?

O objetivo deste texto é conduzir uma crítica ao currículo neutro, uma vez que “a escola não está divorciada das relações de exploração e dominação na sociedade e das lutas para superá-la” (Apple, 1989). Para fundamentar essa análise, recorreremos às teorias de Michael Apple, especialmente, sua teoria sociológica crítica centrada no currículo. Além de focar no aspecto estritamente curricular, procuramos estabelecer uma análise dialética entre o currículo e o avanço de tendências modernistas conservadoras associadas a interesses neoliberais, que têm interferido na seleção e organização do currículo escolar.

Discutiremos as críticas à limitação das alternativas curriculares, a potencialidade emancipatória da educação e a necessidade de uma concepção mais ampla que possibilite uma mudança radical. Em particular, examinaremos como as reformas educacionais a partir dos anos 1990, especialmente, a incorporação do empreendedorismo no currículo que refletem e reforçam interesses neoliberais.

## O currículo e o poder

Nos últimos anos temos testemunhado a ascensão de um projeto societário engendrado por neoconservadores e neoliberais que vem mudando os rumos da educação como parte do processo de formação humana e emancipatória. A presença de poderosos grupos dentro do governo, da economia e dos movimentos “populista autoritários” conseguiram redefinir e influenciar as políticas educacionais ocasionando grande retrocesso no campo das lutas sociais, uma vez que

Seus interesses concentram-se muito pouco na melhoria das oportunidades de vida das mulheres, das pessoas de cor ou da classe trabalhadora. Em vez disso, está empenhado em promover as condições educacionais tidas como necessárias para não só aumentar a competitividade internacional, o lucro e a disciplina, mas também para resgatar um passado romantizado de lar, família e escola “ideais” (Apple, 2002, p. 67-68).

Sacristán (2013) aponta que o currículo historicamente tem assumido o papel de moldar e regular os conteúdos da aprendizagem e do ensino no processo de escolarização moderna visando proporcionar um controle do conhecimento que está sendo distribuído.

[...] buscando a gênese desse conceito antigo e consolidado e considerando o acúmulo de significados que vêm sendo sobrepostos a ele, chegamos a uma primeira conclusão: o currículo proporciona uma ordem por meio da regulação do conteúdo da aprendizagem e ensino na escolarização moderna, uma construção útil para organizar aquilo do qual deve se ocupar a escolarização e aquilo deverá ser aprendido. À capacidade reguladora do currículo foram agregados os conceitos de classe, grau e método, cujas histórias estão entrelaçadas, formando todo o dispositivo para normalização do que era ensinado ou deveria ser ensinado, como fazê-lo, e, uma vez que se fazia uma opção, também ficava determinado aquilo que não se podia ou não se deveria ensinar nem aprender (Sacristán, 2013, p. 19).

Desse modo, o currículo assume uma certa centralidade reguladora nas práticas educativas, funcionando como um dispositivo que exerce controle social ao determinar o que pode e o que não pode ser ensinado e aprendido nas escolas. Nesse sentido, do ponto de vista político, a concepção de currículo como prática “limita nossa capacidade de conceber alternativas que não se baseiem em alguma forma de rejeição utópica dos currículos tradicionais” (Young, 2000, p.43).

Daí configura-se a necessidade de uma concepção mais ampla de educação que possibilite uma mudança verdadeiramente radical, e que forneça instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. Robertson (2012, p. 299) sinaliza para essa possibilidade ao afirmar que a educação

[...] é mais do que um direito humano, ou simplesmente um sistema pelo qual o conhecimento oficial é transmitido e adquirido. É também mais do que um bem público. É um espaço altamente disputado, de condição pública e potencialmente emancipatória, importante para o nosso futuro, mas cujo próprio poder de decisão acerca desses valores é questionado.

Sendo a educação um espaço de disputa entre diferentes projetos societários e confrontos ideológicos, a produção da hegemonia se torna um objetivo evidente. A busca pelo consentimento ativo é uma estratégia política fundamental nesse contexto. A reflexão crítica sobre a função social da escola, considerando a historicidade das políticas educacionais atuais e suas contradições, confere-nos a importante tarefa de produzir elementos que promovam a contra hegemonia. Para Leher (1988),

A prioridade conferida à educação, à primeira vista algo inusitado e surpreendente, adquire sentido se investigada no âmbito do ajuste estrutural e mais amplamente no escopo da ideologia da globalização. A reforma dita estrutural do sistema educacional constitui um dos pilares ideológicos do neoliberalismo, cabendo à educação o precioso papel de prover esta ideologia tão redutora de direitos sociais e do trabalho, de brechas para o futuro das pessoas, das regiões e dos países (Leher, 1988, p.84).

## **O Empreendedorismo no Currículo como estratégia do capital**

As reformas educacionais, iniciadas nos anos 90, promoveram a autonomia das escolas como uma expressão da democracia no ambiente escolar. Costa (2001) alerta para os riscos de uma democracia escolar ilusória, que pode ser usada para justificar a implementação de medidas que, embora reforcem a escola como uma instituição pública, afastam-na de seu caráter estatal.

Segundo Contreras (2002), essa reforma de Estado que impingiu à autonomia uma nova acepção, transformou-se em uma autonomia baseada na “auto administração” ao invés de constituir em “autogestão política” (Contreras, 2002, p.262).

O principal desdobramento dessa noção de autonomia promovida pelas escolas eficazes <sup>[1]</sup> foi a responsabilização dos sujeitos instaurando uma nova perspectiva de regulação pautada na *accountability* <sup>[2]</sup>. A tentativa de harmonizar interesses antagônicos e ao construir pactos e ocultar a divisão de classes, contribui para não haja espaço para que se discutam as consequências dessas políticas de responsabilização e gestão de resultados sobre a escola e seus sujeitos.

Nestes termos, a autonomia escolar não consiste, portanto, de sistemas de ação social organizada para articular o ensino de forma mais ampla possível a partir das escolas individuais [...] o isolamento das escolas abona a possibilidade de que o esperado desenvolvimento curricular e educativo em geral se reduza ao que possa ser criado a partir dos recursos isolados de cada escola [...] No isolamento, a única coisa que a maioria das escolas e instituições pode fazer é *ajustar o desenvolvimento curricular ao desenvolvimento de documentos: os PCCs10* (Contreras, 2002, p. 261 grifos

nossos).

Desse modo, novas formas de regulação são implantadas e o Estado faz o gerenciamento de todo o fazer pedagógicos, inclusive do currículo, por meio de monitoramento com auxílio dos *softwares* e tecnologias de informação e comunicação e da ditadura dos prazos. Nesse sentido,

para os neoconservadores, não é o mercado que resolverá este problema mas um estado forte e intervencionista que garantirá que apenas os conteúdos e os métodos "legítimos" serão ensinados e utilizados. E isto será fiscalizado através de testes nacionais ao nível do estado para alunos e professores (Apple,2002, p.68).

É importante destacar que, ao individualizar as ações dos professores, os reformadores tentam esvaziar o sentido político do ensino e abordá-lo como uma questão meramente técnica. Conforme apontado por Shiroma e Santos (2014), limitar a formação de professores apenas ao treinamento para o uso de recursos pedagógicos resulta em uma abordagem tecnicista, desvinculada dos conhecimentos teóricos essenciais para a formação docente.

Como alerta Gramsci (2011), a tentativa de reduzir as ações dos sujeitos à operacionalização de tarefas cotidianas faz parte da grande política de manutenção da hegemonia burguesa. Confinar a qualidade da educação ao que se pode mensurar nas avaliações é abstrair da educação a relevância social, é restringi-la a uma atividade técnica, obliterando sua dimensão política. (Shiroma e Santos, 2014, p. 41).

A problematização de uma educação voltada para as demandas do capital envolve uma reflexão crítica sobre os pressupostos subjacentes a essa abordagem. Quando a escola dá prioridade à sistematização de conhecimentos que se transformam em fonte de riqueza e produtividade, surgem questões fundamentais sobre a natureza e os objetivos da educação (Apple, 1997).

A formação para a sociabilidade capitalista, que despontou no Brasil nos anos de 1990, tem demandado uma educação capaz de conformar o "novo homem" de acordo com os pressupostos técnicos, psicológicos, emocionais, morais e ético-políticos da "flexibilização" do trabalho, com o intuito de aumentar a competitividade e produtividade do capital. Segundo Neves e Pronko (2008, p. 25), a efetivação dessa reforma tem se dado com

[...] a ampliação quantitativa dos anos de escolaridade básica e uma organização curricular voltada mais imediatamente para o desenvolvimento de capacidades técnicas e de uma nova sociabilidade das massas trabalhadoras que contribuam para a reprodução ampliada do capital e para a obtenção do seu consentimento ativo para as relações de exploração e dominação burguesas na atualidade

Mészáros (2005, p.48) demonstra que essa contenda envolve posicionamentos antagônicos que estão na base do sentido da educação. De um lado encontra-se uma

perspectiva cuidadosamente elaborada que desloca a origem dos problemas socioeconômicos da relação capital-trabalho para seus efeitos aparentes e imputa à educação a tarefa de solucioná-los.

Por outro, para o autor, “apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical que rompam com a lógica mistificadora do capital”.

O Novo Ensino Médio exemplifica essa relação ao adotar compulsoriamente os princípios do mercado, especialmente, no que tange à seletividade curricular. Para os organismos multilaterais, a educação básica é um instrumento essencial para o sucesso econômico global, principalmente, quando direcionada aos setores sociais mais marginalizados.

Isso ocorre porque garante o potencial produtivo de todos os indivíduos, permitindo que os mais pobres ingressem no mercado de trabalho. Assim, o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem dos estudantes busca criar os insumos necessários para que o indivíduo adquira conhecimento e habilidades suficientes para o mercado de trabalho, contribuindo com a economia (Libâneo, 2016).

Segundo Neves (2005), a partir das reformas educacionais de 1995, houve uma ênfase crescente na aprendizagem e na formação de uma nova cidadania. Estas reformas estavam voltadas para aumentar a competitividade e a produtividade dentro de um contexto capitalista periférico, promovendo uma colaboração de classes. Essa orientação corrobora a tese de Gramsci, que sugere que a escola contemporânea desempenha a função primordial de formar intelectuais de diversos níveis, refletindo e reforçando a estrutura social vigente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento econômico do país tem sido constantemente posto como parte de uma agenda de reformas iniciada nos anos 90 e intensificada nas últimas décadas. Tais reformas se articulam com base em interesses comuns, com proposições de Organizações Multilaterais que tem se destacado na coordenação e formulação de um conjunto de políticas educacionais para o mundo. A ênfase na instrumentalização do conhecimento para atender às necessidades do mercado pode prejudicar a formação de indivíduos críticos e verdadeiramente participativos na sociedade (Freire, 2019).

Nesse ponto, entendemos que nossas raízes políticas, culturais e sociais entram em cena na mobilização da nossa justa ira em prol do que acreditamos como possibilidade por justamente sermos históricos, sociais, políticos e culturais (Freire, 2006). Assim, a responsabilidade de mobilizar nossa atividade científica implica em ir além da denúncia,

buscando construir caminhos e possibilidades que visem a transformação social (Freire, 2006).

---

[1] "escolas eficazes" refere-se a instituições educacionais que demonstram a capacidade de proporcionar um ensino de alta qualidade, resultando em elevados níveis de desempenho acadêmico dos alunos, independentemente de suas origens socioeconômicas

[2] *Accountability* é um termo frequentemente utilizado em políticas públicas e educação para se referir à responsabilidade e transparência na prestação de contas. Envolve a obrigação das instituições, gestores e educadores de demonstrar e justificar o cumprimento de metas e padrões estabelecidos, sendo responsabilizados por seu desempenho e pelas consequências de suas ações.